



***PEDAGOGIAS ALGORÍTMICAS DA MASCULINIDADE: INCELS, FAMÍLIAS E
A DISPUTA POR SENTIDOS NO DIGITAL***

***PEDAGOGÍAS ALGORÍTMICAS DE LA MASCULINIDAD: INCELS, FAMILIAS
Y LA LUCHA POR LOS SENTIDOS EN EL MUNDO DIGITAL***

***ALGORITHMIC PEDAGOGIES OF MASCULINITY: INCELS, FAMILIES, AND
THE DISPUTE OVER MEANINGS IN THE DIGITAL WORLD***

*Victória Nobica Marques do Nascimento*¹

*Constantina Xavier Filha*²

RESUMO

Este artigo analisa duas publicações no Instagram sobre a minissérie *Adolescência* (Netflix, 2025), à luz dos Estudos de Gênero, dos Estudos Culturais e das teorias foucaultianas, em perspectiva pós-crítica. A pesquisa utiliza uma metodologia inspirada na análise do discurso para examinar como famílias são convocadas pelas redes para se responsabilizar pela prevenção da radicalização *incele* de meninos, em contraste com a invisibilização da responsabilidade das plataformas digitais. Os resultados apontam que as narrativas observadas tendem a individualizar o problema, reforçando a responsabilização materna e familiar, ao mesmo tempo em que desconsideram o papel das *big techs*, suas lógicas algorítmicas e a ausência de regulação. Argumenta-se que as redes sociais não funcionam como meros reflexos sociais, mas são produções socioculturais que operam como dispositivos pedagógicos que produzem subjetividades e pedagogias de gênero. Assim, evidencia-se a urgência de compreender a relação entre masculinidades, algoritmos e radicalização na cultura digital contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Minissérie *Adolescência*. Movimento *incele*. Pedagogia algorítmica. Masculinidades.

RESUMEN

Este artículo analiza dos publicaciones de Instagram sobre la miniserie *Adolescencia* (Netflix, 2025), a la luz de los Estudios de Género, los Estudios Culturales y las teorías

¹ Mestra em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

² Doutora em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

foucaultianas, desde una perspectiva poscrítica. La investigación utiliza una metodología inspirada en el análisis del discurso para examinar cómo las redes sociales instan a las familias a asumir la responsabilidad de prevenir la radicalización de los chicos incel, en contraste con la invisibilidad de la responsabilidad de las plataformas digitales. Los resultados indican que las narrativas observadas tienden a individualizar el problema, reforzando la responsabilidad materna y familiar, mientras que ignoran el rol de las grandes tecnológicas, su lógica algorítmica y la falta de regulación. Se argumenta que las redes sociales no funcionan como meros reflejos sociales, sino como producciones socioculturales que operan como dispositivos pedagógicos que producen subjetividades y pedagogías de género. Por lo tanto, es evidente la urgencia de comprender la relación entre masculinidades, algoritmos y radicalización en la cultura digital contemporánea.

PALABRAS-CLAVE: Miniserie *Adolescencia*. Movimiento incel. Pedagogía algorítmica. Masculinidad.

ABSTRACT

This article analyzes two Instagram posts about the miniseries *Adolescence* (Netflix, 2025), in light of Gender Studies, Cultural Studies, and Foucauldian theories, from a post-critical perspective. The research uses a methodology inspired by discourse analysis to examine how families are called upon by social media to take responsibility for preventing the radicalization of incel boys, in contrast to the invisibility of digital platforms' responsibility. The results indicate that the observed narratives tend to individualize the problem, reinforcing maternal and family responsibility, while disregarding the role of big tech, its algorithmic logic, and the lack of regulation. It argues that social media do not function as mere social reflections, but are sociocultural productions that operate as pedagogical devices that produce gender subjectivities and pedagogies. Thus, the urgency of understanding the relationship between masculinities, algorithms, and radicalization in contemporary digital culture is evident.

KEYWORDS: Miniseries *Adolescence*. Incel movement. Algorithmic pedagogy. Masculinities.

Introdução

A minissérie *Adolescência*³, lançada pela Netflix em 2025, dramatiza o caso de Jamie, um adolescente de 13 anos que assassinou a colega de escola Katie com sete facadas. A narrativa, baseada em fatos reais, apresenta o crime como consequência da rejeição romântica sofrida por Jamie, seguida por uma onda de comentários hostis em suas publicações no Instagram. Essas mensagens, que o associavam ao movimento *incel*, configuraram um processo de *cyberbullying*⁴ supostamente liderado pela própria Katie.

³ Minissérie com quatro episódios, cada um com uma hora de duração. Dirigida por Philip Barantini. Roteiros de Stephen Graham e Jack Thorne. Produção por Jo Johnson e Leo Martin.

⁴ Segundo a Unicef, “Cyberbullying é o bullying praticado com o uso de tecnologias digitais. Pode ocorrer em redes sociais, plataformas de mensagens, plataformas de jogos e celulares. É um comportamento

Ao longo da trama, não fica evidente se Jamie realmente integrava a comunidade *incel*. Entretanto, alguns colegas o identificam dessa forma em depoimentos à polícia, e a própria vítima também o classificava como tal.

O termo *incel*, acrônimo de *involuntary celibate* (celibatário involuntário), refere-se inicialmente a uma comunidade online surgida em fóruns na internet com caráter de apoio mútuo. Criado nos anos 1990 por uma mulher que compartilhava suas dificuldades em estabelecer relações afetivas e sexuais, o termo se popularizou em um *blog* que reunia pessoas de diferentes gêneros vivendo experiências semelhantes. Com o tempo, porém, parte significativa da comunidade, composta majoritariamente por homens, passou a adotar discursos misóginos e violentos (Bruna Amato; Raquel de Barros Pinto Miguel, 2024).

Esse deslocamento do movimento, de espaço de acolhimento a arena de hostilidade, consolidou-se nos chamados *chans* – fóruns anônimos da *deep web*⁵. Apesar das barreiras de acesso, tais ambientes tornaram-se populares entre homens e meninos, até alcançarem a superfície da internet. Assim, a vertente misógina⁶ do movimento *incel* se estabeleceu como a sua principal definição: uma comunidade marcada pelo ressentimento contra mulheres, entendidas como responsáveis pela privação de relações afetivas e sexuais. Nessa lógica, o “direito de possuir” uma mulher é tomado pelos membros da citada comunidade como “natural”, e sua negação, como justificativa para a violência.

A minissérie alcançou uma expressiva audiência na Netflix. De acordo com a revista *Exame*⁷, foi assistida por 96,7 milhões de pessoas apenas nas três primeiras semanas após o lançamento. Nas redes sociais, a repercussão também foi significativa:

repetitivo, com o objetivo de assustar, irritar ou envergonhar os alvos”. Disponível em: <https://www.unicef.org/stories/how-to-stop-cyberbullying>. Acesso em: 29 ago. 2025.

⁵ A *deep web* refere-se à parte da internet que não é indexada por mecanismos de busca convencionais (como o Google), englobando desde bases de dados acadêmicas, arquivos institucionais e páginas protegidas por senha até fóruns e mercados digitais de acesso restrito. Diferencia-se da *dark web*, que é uma fração da *deep web* acessível apenas por softwares específicos (como o Tor), frequentemente associada a atividades ilícitas.

⁶ Segundo Geisa Maria Batista Moterani e Felipe Mio de Carvalho (2016, p. 167), “misoginia é o prejuízo mais antigo do mundo e apresenta-se como um ódio ou aversão às mulheres, podendo manifestar-se de várias maneiras, incluindo a discriminação sexual, denegrição, violência e objetificação sexual das mulheres.”

⁷ Disponível em: <https://exame.com/pop/adolescencia-ultrapassa-stranger-things-e-e-uma-das-series-mais-vistas-da-netflix-veja-top-10/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

no Instagram, a busca pela *hashtag*⁸ #adolescêncianetflix retorna 1.909 publicações, enquanto outras variações, como #adolescêncianetflix e #sérieadolescencia, apresentam números igualmente elevados.

Grande parte das postagens enfatiza aspectos estéticos e artísticos da produção, elogiando sobretudo a atuação de Owen Cooper – que interpretou Jamie em sua estreia como ator – e a direção de Philip Barantini. Também recebe destaque a opção estética pela filmagem em plano sequência, recurso que confere à narrativa maior intensidade dramática.

Contudo, parcela significativa das publicações no Instagram assume um tom de alerta dirigido a pais, mães, responsáveis e escolas. Nessas postagens, ganha centralidade a preocupação com os riscos que adolescentes enfrentam no ambiente digital e com a responsabilidade das famílias de prevenir sua aproximação a ideais *incels*. Essa narrativa atribui ao âmbito familiar – e, em certa medida, ao escolar – a tarefa de impedir que meninos venham a adotar comportamentos violentos.

No presente artigo, analisamos duas publicações sobre a minissérie *Adolescência* no Instagram, à luz dos estudos de gênero, dos Estudos Culturais e das teorias foucaultianas. O objetivo é compreender de que forma os discursos sobre a obra constroem sentidos sobre o fenômeno dos *incels* e sobre a radicalização de meninos.

Partimos da ideia de que tais publicações tendem a responsabilizar famílias e indivíduos, enquanto tornam secundária ou invisível a responsabilidade das plataformas digitais, suas lógicas algorítmicas e a ausência de regulação das redes sociais⁹.

Para a constituição do corpus, foram realizadas buscas no Instagram pelas *hashtags* #sérieadolescência e #adolescêncianetflix. A partir dos resultados, selecionaram-se as postagens com maior número de comentários, que foram salvas integralmente. A análise concentrou-se nos conteúdos que mencionavam o papel da família na prevenção da radicalização *incel*, buscando identificar regularidades discursivas e tensões presentes nesses enunciados. Nos deteremos mais sobre os passos da pesquisa na próxima seção.

⁸ Hashtags são palavras ou expressões precedidas pelo símbolo # usadas nas redes sociais para marcar e agrupar conteúdos sobre um mesmo tema, facilitando a busca e a identificação de publicações relacionadas.

⁹ Está em tramitação no Senado desde 2020 o PL 2630/2020, conhecido como “PL das fake news”, que tem como um dos objetivos a regulação das redes sociais. A última movimentação do projeto se deu em 19/01/2021.

Procedimentos metodológicos

Apresentamos nesta seção os procedimentos metodológicos adotados para a realizar a pesquisa da qual resulta este artigo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental, orientada pelos referenciais dos estudos de gênero e dos Estudos Culturais em uma perspectiva pós-crítica e dos estudos foucaultianos. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela ênfase na interpretação do objeto e não na quantificação de dados. O caráter documental decorre do uso de materiais já disponíveis em ambiente digital – publicações no Instagram – tomados como enunciados que participam da construção cultural do problema investigado. Como procedimento metodológico, adota-se uma metodologia que se aproxima da análise do discurso em sua vertente pós-estruturalista, entendendo os discursos como práticas produtoras de significados que instauram modos de ser, agir e compreender a realidade.

Baseamo-nos nas metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Esse caminho foi escolhido por haver nele a possibilidade da “[...] alegria de ziguezaguear. Movimentamo-nos ziguezagueando no espaço entre nossos objetos de investigação e aquilo que já foi produzido sobre ele, para aí estranhar, questionar, desconfiar” (Dagmar Estermann Meyer; Marlucy Alves Paraíso, 2012, p. 17). Esse caminho metodológico foi escolhido por possibilitar oportunidades de questionamento sobre o objeto de pesquisa, tema e nossas verdades.

Seguindo os pressupostos da pesquisa pós-crítica, objetiva-se formular novas questões e problemas para descrever e analisar o objeto, produzindo assim novas informações sobre ele.

Nas metodologias de pesquisas pós-críticas em educação, segundo Meyer e Paraíso,

afastamo-nos daquilo que é rígido, das essências, das convicções, dos universais, da tarefa de prescrever e de todos os conceitos e pensamentos que não nos ajudam a construir imagens de pensamentos potentes para interrogar e descrever-analisar nosso objeto. Aproximamo-nos daqueles pensamentos que nos movem, colocam em xeque nossas verdades e nos auxiliam a encontrar caminhos para responder nossas interrogações. Movimentamo-nos para impedir a "paralisia" das informações que produzimos e que precisamos descrever-analisar. Movimentamo-nos, em síntese, para multiplicar sentidos, formas e lutas. (Meyer; Paraíso, 2012, p. 16-17).

Dessa forma, não buscamos produzir verdades, e sim temos o desejo de produzir perguntas e interrogações, novas informações e problematizações. Essas metodologias

valorizam pensamentos dinâmicos e provocativos, que desafiam certezas e abrem caminhos para questionar e analisar os objetos de estudo de forma contextualizada. O movimento sugerido pelas autoras busca evitar a estagnação do conhecimento produzido, promovendo descrições e análises que ampliem possibilidades interpretativas.

Baseamo-nos também na análise do discurso foucaultiana, conforme Izabel Christina Friche Passos:

Uma análise do discurso só pode ser iniciada a partir da definição ou delimitação de um *corpus* pelo analista sobre o qual incidirá a análise. O *corpus* vem a ser um conjunto delimitado de objetos empíricos (textos, imagens e registros sonoros) que tenham uma mesma natureza material (uma pesquisa pode ter mais de um *corpus*, mas não se misturam objetos de naturezas diferentes num mesmo *corpus*), selecionados segundo critérios definidos a partir do objetivo ou problema de pesquisa. Se for bem delimitado, o analista terá boas chances de, no processo de análise, encontrar os enunciados que configuram a formação discursiva em questão (2019, p. 6).

A autora evidencia a centralidade da delimitação do *corpus* em pesquisas de análise de discurso, pois é a partir desse recorte que se torna possível identificar os enunciados que configuram determinada formação discursiva. No caso desta investigação, o *corpus* é composto por publicações do Instagram selecionadas a partir das hashtags `#sérieadolescência` e `#adolescêncianetflix`, especificamente aquelas que suscitaram maior engajamento em termos de comentários. Esse recorte metodológico atende à exigência de homogeneidade material do *corpus*, uma vez que todos os objetos analisados pertencem à mesma plataforma digital e compartilham características discursivas comuns.

O recorte concentrou-se em duas publicações com grande número de comentários, selecionadas por apresentarem elevado engajamento e, consequentemente, maior potencial de circulação e ressonância social. Conforme destaca Passos (2019), a constituição de um *corpus* implica a delimitação criteriosa de um conjunto de objetos empíricos que, preservados em sua materialidade, permitem a identificação de regularidades discursivas. Nesse sentido, as publicações foram integralmente arquivadas, inicialmente por meio da ferramenta de salvamento da própria plataforma e, posteriormente, através de capturas de tela, assegurando a integridade do material para análise. Ambos movimentos de preservação dos materiais foram realizados no mês de agosto de 2025.

Na análise, certos aspectos éticos precisaram ser adotados para preservar a privacidade das autoras das publicações aqui analisadas, decisões essas que se baseiam no trabalho sobre ética em pesquisas netnográficas de Malin Sveningsson Elm (2008). A autora argumenta que

outra questão importante a ser levantada é que, mesmo que os/as usuários/as estejam cientes de estarem sendo observados/as por outras pessoas, eles/as não consideram a possibilidade de que suas ações e interações possam ser documentadas e analisadas em detalhe posteriormente por um/a pesquisador/a. Se o conteúdo foi criado para um determinado público e contexto, a transmissão desse conteúdo para outros contextos pode aborrecer o/a criador/a [...]. Isso levanta duas questões cruciais [...] para quem o conteúdo é criado e a qual público o conteúdo é destinado ou dirigido? (p. 77, tradução nossa).

A autora argumenta que os/as usuários/as das redes sociais, ainda que conscientes de que suas publicações podem ser vistas por outras pessoas, não necessariamente percebem que essas mesmas interações podem ser registradas, analisadas e interpretadas fora do contexto em que foram originalmente produzidas. Essa reflexão é fundamental para pensar as implicações éticas em pesquisas que envolvem conteúdos digitais. Por essa razão, na presente pesquisa optou-se por não utilizar nomes de usuário encontrados em espaços públicos da internet; além disso, as autoras das publicações serão identificadas pelas letras iniciais de seus nomes e serão censuradas as imagens onde aparecem seus rostos e outras informações pessoais, como os nomes de seus/as filhos/as. Essa decisão busca preservar a privacidade e a integridade das autoras, respeitando o contexto original de produção das postagens e evitando possíveis desconfortos ou exposições indevidas que poderiam ocorrer com a recontextualização do material em um ambiente acadêmico.

A análise priorizou os conteúdos que problematizavam o papel da família na prevenção da radicalização de meninos vinculados ao universo *incele*. Buscamos identificar regularidades discursivas, tensões e deslocamentos presentes nos enunciados. A atenção voltou-se especialmente para a produção de narrativas que individualizam o problema da radicalização, responsabilizando famílias, ao mesmo tempo em que invisibilizam a participação das plataformas digitais, de suas lógicas algorítmicas e da ausência de regulação das redes sociais.

A leitura e análise do material foram conduzidas a partir de um enfoque inspirado na análise do discurso foucaultiana, entendendo os discursos como práticas culturais situadas e relacionais. Esse procedimento permitiu observar como se articulam sentidos

de risco, perigo, responsabilidade e gênero nas publicações analisadas, bem como as pedagogias culturais de masculinidade que se produzem nesse espaço discursivo.

Consideramos pertinente trazer a perspectiva foucaultiana do conceito de *discurso*, no qual, em uma de suas muitas definições, pode observar que:

[...] consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2008, p. 55).

Para o autor, os discursos não representam algo existente na realidade, mas a realidade é construída e designada a partir dos discursos. Dessa forma, os discursos podem ser entendidos como reguladores sociais. O discurso é, então, a objetivação das regras que engendram nossa existência, determinando o que é verdadeiro, valoroso, e o que não é, baseado em complexas redes de poder.

É importante frisar ainda que, para Foucault, “toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (2008, p. 205). Assim, os discursos não apenas representam uma realidade, mas produzem modos de percebê-la e regulá-la, funcionando como dispositivos sociais de poder e saber. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender como, nesse espaço discursivo, são produzidas pedagogias culturais de masculinidade que associam risco, perigo e responsabilidade a determinadas posições de sujeito, especialmente no que se refere à constituição de meninos atravessados pelos ideais *incel*.

Masculinidades e pedagogias de gênero na cultura digital

Compreender as masculinidades na contemporaneidade implica deslocar o olhar das identidades fixas para os processos discursivos que as produzem e regulam. Seguindo a perspectiva de Raewyn Connell (2005), as masculinidades se configuram em relações de poder que hierarquizam modos de ser homem, instituindo um modelo hegemônico que não se refere a um tipo estável de sujeito, mas a um ideal normativo que orienta práticas, afetos e valores. Esse ideal é constantemente reafirmado e tensionado nas interações sociais e midiáticas, nas quais discursos e imagens reiteram aquilo que pode ou não ser reconhecido como “masculino”.

Michael Kimmel (2000) argumenta que as masculinidades se constituem num campo de disputas marcado por ressentimentos e tentativas de restauração de uma

autoridade masculina percebida como ameaçada. A chamada “crise da masculinidade” não expressa o fim de uma forma de ser homem, mas a reatualização de estratégias de poder que buscam garantir a centralidade do masculino. Lynne Segal (1990) destaca que esses ideais de virilidade e controle ocultam vulnerabilidades e afetos considerados incompatíveis com o que se espera dos homens, normalizando o medo e a violência como parte da experiência masculina. O que está em jogo, portanto, não são apenas comportamentos individuais, mas os regimes de verdade que produzem e legitimam certas formas de ser homem em detrimento de outras.

No contexto brasileiro, Sócrates Nolasco (2001) e João Silvério Trevisan (2000) evidenciam que a socialização masculina é atravessada por pedagogias que ensinam os homens a negar a fragilidade, o cuidado e a emoção, sustentando uma lógica de poder que se reproduz nos espaços familiares, escolares e midiáticos. Esses processos de aprendizagem de gênero, historicamente inscritos em práticas institucionais, deslocam-se hoje para o campo digital, onde algoritmos e influenciadores passam a atuar como novos agentes pedagógicos. As redes sociais tornam-se, assim, dispositivos de poder e saber que ensinam modos de ser homem, definindo quais gestos, corpos e discursos ganham visibilidade e reconhecimento.

Nesse cenário, a chamada "machosfera" emerge como um potente espaço de pedagogia cultural. O termo designa o conjunto de comunidades, influenciadores e conteúdos que articulam discursos masculinistas, antifeministas e misóginos em diferentes plataformas digitais. Gracila Vilaça (2023) argumenta que, no Brasil, essa rede opera como um circuito de afetos e pertencimentos em torno da promessa de uma “reconquista” do poder masculino. Influenciadores como o coach Thiago Schutz exemplificam o modo como esses sujeitos se apresentam como guias morais e emocionais, oferecendo aos homens uma pedagogia de ódio travestida de autodesenvolvimento. Nessas narrativas, a frustração e o ressentimento são convertidos em linguagem motivacional, legitimando práticas de violência simbólica e exclusão como expressões naturais da masculinidade.

As pedagogias digitais da masculinidade, ao se articularem com as lógicas algorítmicas das plataformas, não apenas difundem discursos, mas produzem efeitos de subjetivação. Ao priorizar, recomendar e reiterar determinados conteúdos, os algoritmos tornam-se parte constitutiva desses regimes de verdade, operando como dispositivos que ensinam, selecionam e normalizam modos específicos de ser homem. Nesse sentido, as

masculinidades contemporâneas não podem ser pensadas fora do campo tecnológico: elas se fazem e se refazem nas tramas entre poder, afeto e visibilidade que estruturam a cultura digital.

Embora as autoras e autores mobilizados nesta seção se inscrevam em tradições teóricas distintas, suas contribuições são aqui articuladas não em busca de síntese, mas de deslocamento. O interesse não é unificar perspectivas, mas produzir interrogações sobre os modos como as masculinidades são ensinadas, reguladas e performadas em diferentes contextos. A aproximação entre os estudos de masculinidades e a analítica foucaultiana permite compreender essas práticas não como expressões identitárias, mas como efeitos de discursos e tecnologias de poder que produzem sujeitos e verdades. Nesse sentido, a leitura proposta não busca “explicar” o masculino, mas evidenciar as condições de sua produção e os regimes de saber que o sustentam, especialmente na cultura digital contemporânea.

“Ele é um bom menino, eu sou um bom pai”

No primeiro episódio da minissérie, o pai de Jamie, ainda sem compreender completamente o que está acontecendo, conversa com o advogado que irá defender o filho e afirma que ele é um “bom menino” e, em seguida, que ele próprio é um “bom pai”. As duas declarações aparecem como quase indissociáveis, compondo uma lógica causal simples: se Jamie é bom, é porque teve um bom pai; se cometeu um crime, é porque seu pai falhou. Essa cena anuncia uma chave de leitura recorrente nas publicações analisadas: a de que a radicalização de meninos pode ser explicada a partir da qualidade da educação familiar.

Como destacado nos itens da Introdução e Procedimentos Metodológicos, foi possível identificar uma certa regularidade discursiva nas publicações encontradas nas hashtags *#adolescêncianetflix* e *#sérieadolescência*. Regularidade essa que trata sobre a responsabilização individual das famílias acerca do problema da radicalização de meninos pela comunidade *incele*.

A primeira publicação selecionada para análise foi retirada do perfil de Instagram da usuária C.T., que se apresenta em uma publicação da seguinte forma:

FIGURA 1 - Apresentação de C.T.

Fonte: Perfil de Instagram de C.T.

Na figura 1, observamos a imagem de uma mulher branca que olha diretamente para o/a interlocutor/a e, em sua volta, aparecem descrições que demarcam quem é a pessoa que está falando. É interessante notar os marcadores sociais escolhidos pela usuária para definir-se: cristã protestante, casada há 24 anos, psicóloga e pedagoga, atuar com famílias há 30 anos, ter morado em 5 cidades e ser mãe de uma criança e um adolescente. Aqui, se faz pertinente evocar o conceito foucaultiano de regimes de verdade. Para Michel Foucault, a verdade

[...] não é detentora e criadora dos direitos que ela exerce sobre os seres humanos, das obrigações que estes têm para com ela e dos efeitos que esperam dessas obrigações, uma vez que é na medida em que se completam. Em outras palavras, não é a verdade que, por assim dizer, administra seu próprio império, que julga e sanciona aqueles que a obedecem ou desobedecem. Não é verdade que a verdade constrange apenas pela verdade (2014, p. 88).

O autor evidencia que a verdade não opera como uma entidade autônoma que se impõe por si mesma, mas como efeito de relações históricas, culturais e ético-políticas que vinculam sujeitos a determinadas formas de enunciação. Nesse sentido, a força do discurso não está apenas em sua coerência interna, mas na rede de compromissos e obrigações que o fazem ser reconhecido como verdadeiro.

A noção de regime de verdade, conforme elaborada por Foucault, ajuda a compreender como certos discursos circulam nas redes sociais com pretensão de validade e autoridade. No caso da usuária do Instagram que comenta a minissérie *Adolescência*, observa-se que sua fala é apresentada como verdadeira não apenas pelo conteúdo

enunciado, mas pelos marcadores identitários e profissionais mobilizados em sua descrição de perfil. Esses elementos não são meramente informativos: funcionam como garantias de legitimidade que produzem efeitos de verdade, reforçando a autoridade do discurso. Nesse sentido, o que sustenta a força de seu posicionamento não é apenas a evidência lógica do argumento, mas o regime de verdade que vincula a enunciação a determinadas obrigações de reconhecimento e de sujeição, operando processos de subjetivação tanto para quem fala quanto para quem lê.

A publicação feita pela usuária a qual nos ateremos aqui é um carrossel¹⁰ contendo onze imagens da série sobrepostas por textos de autoria da usuária com reflexões e conselhos que partem de temas tratados no drama da Netflix. Por uma questão de concisão, neste artigo apresentaremos a transcrição dos textos publicados pela autora. O título da publicação é “4 aprendizados urgentes para pais de adolescentes”, e a foto de abertura pode ser observada a seguir:

FIGURA 2 - 4 aprendizados urgentes para pais de adolescentes



Fonte: Perfil de Instagram de C.T.

A escolha da expressão “aprendizados urgentes” no título da publicação não é neutra, mas funciona como um recurso discursivo que confere força normativa ao enunciado. O termo “urgente” opera como marcador de necessidade imediata, sugerindo que os/as responsáveis por adolescentes não apenas podem, mas devem apropriar-se rapidamente dos ensinamentos oferecidos pela usuária autora da publicação. Assim, cria-

¹⁰ No Instagram, *carrossel* é um formato de publicação que permite ao usuário compartilhar múltiplas mídias (imagens, vídeos ou uma combinação de ambos) em uma mesma postagem, possibilitando que o público deslize horizontalmente para visualizar o conteúdo na sequência proposta pelo/a autor/a.

se um efeito de verdade em que o conteúdo da publicação aparece como resposta indispensável a um problema atual, deslocando a reflexão do campo da opinião para o campo da obrigação. Ao mesmo tempo, o uso de “aprendizados” remete a uma dimensão pedagógica, inscrevendo a autora na posição de quem detém saberes válidos a serem “transmitidos”.

Nesse sentido, a combinação da urgência com a promessa de aprendizagem reforça a autoridade do discurso, sustentando o regime de verdade que legitima a postagem diante de sua audiência. Em termos foucaultianos, trata-se de um exemplo de como a verdade não se impõe por si mesma, mas por meio das obrigações que convoca e dos efeitos de sujeição que produz: ao assumir o caráter de urgência, a publicação exige adesão imediata, instaurando um vínculo entre o “é verdade” e o “é preciso segui-la”.

Antes das imagens contendo os “aprendizados” a autora escreve uma breve apresentação da série, que conclui com o seguinte chamado: “[...] te convido a partir de agora a refletir sobre os pontos principais que devemos nos atentar como pais que não querem perder os filhos dentro de casa”. A expressão “não perder os filhos dentro de casa” funciona como um recurso discursivo que desloca a responsabilidade do fenômeno do afastamento ou da radicalização dos adolescentes para o âmbito estritamente familiar. Ao enfatizar que a preservação do vínculo depende da vigilância e das atitudes da família, a autora apresenta uma tentativa de naturalizar a ideia de que qualquer problema ou risco deve ser gerido individualmente pelos/as responsáveis, invisibilizando fatores externos, como o papel das plataformas digitais, a lógica algorítmica ou o impacto de redes sociais e comunidades online, além do aprendizado de gênero que historicamente vem formando masculinidades que objetificam mulheres. Nesse sentido, o enunciado reforça um regime de verdade em que o “bom desempenho” familiar se mede pelo sucesso em conter eventuais perigos, produzindo obrigações e pressões sobre os/as responsáveis e reafirmando a narrativa de que a responsabilidade pelo comportamento dos filhos é individual e doméstica.

O primeiro “aprendizado” que a autora apresenta diz respeito à sociabilidade dos meninos:

APRENDIZADO 1

Seu filho é um ser social, tudo o que ele faz em casa, na rua, na escola ou na igreja, afeta outras pessoas, independentemente se o comportamento é bom ou mau.

REFLITA:

Como é a atuação do seu filho na atuação com outras pessoas?

Busque saber disso de coração aberto, pergunte como é o comportamento dele em lugares onde você não está e ouça sem querer defender "seu bebê", só assim você será certeira na correção e disciplina, caso precise.

CONSELHO:

Faça uma lista de PRINCÍPIOS e VALORES que você precisa ensinar para os seus filhos, como: justiça, compaixão, generosidade, mansidão, amor, domínio próprio, respeito e compreensão.

O primeiro “aprendizado” apresentado pela autora enfatiza as interações dos meninos, ressaltando que todo comportamento gera efeitos sobre outras pessoas. Embora, à primeira vista, a recomendação pareça voltada à uma formação ética do sujeito e ao cuidado de si e dos outros, a forma como o enunciado é estruturado desloca a responsabilidade da socialização e correção de condutas quase integralmente para os/as responsáveis.

Ao instruir que o/a adulto/a deve observar, ouvir e corrigir com base em princípios e valores pré-estabelecidos, o discurso reforça a ideia de que a construção moral e social do filho é um problema individual da família, invisibilizando influências externas, como pares, mídia e comunidades online. O tom de prescrição ética – “só assim você será certeira na correção e disciplina, caso precise” – cria um efeito de obrigação normativa, alinhado a um regime de verdade: a legitimidade do conselho não decorre apenas de seu conteúdo, mas da autoridade que a autora confere a si mesma enquanto especialista e mãe experiente. Dessa forma, o aprendizado funciona como um dispositivo que produz sujeitos familiares responsáveis e vigilantes, reforçando a narrativa de que qualquer falha na sociabilidade do filho é resultado da ação ou omissão parental, individualizando a responsabilidade e enfatizando a vigilância contínua como dever moral.

Nota-se, também, o direcionamento explícito do discurso endereçado às mães, o que atravessa a questão da individualização do problema da radicalização dos meninos com uma outra intersecção de gênero: a construção de uma masculinidade considerada saudável pela autora é apresentada como responsabilidade não da família como um todo, mas exclusivamente das mulheres. Essa ênfase reforça a ideia de que a vigilância e a correção da sociabilidade dos meninos recaem sobre as mães, reforçando a ideia de que elas são as cuidadoras morais e pedagógicas que atravessam tanto a família quanto a sociedade. Ao direcionar os conselhos maternos, o discurso legitima a autoridade feminina como responsável última pelo desenvolvimento de uma masculinidade “adequada”.

Além disso, o discurso mobiliza valores morais específicos – justiça, compaixão, generosidade, mansidão, amor, domínio próprio, respeito e compreensão – como instrumentos de vigilância e regulação da masculinidade. Esses princípios funcionam como parâmetros normativos que a mãe deve incutir, sendo ela a principal mediadora do que é considerado comportamento “correto” ou “adequado”. Dessa forma, a construção de uma masculinidade saudável é apresentada como dependente da atuação contínua, disciplinada e moralmente orientada da mãe, legitimando o seu – e somente seu – papel enquanto educadora ética. Essa articulação entre gênero, moralidade e responsabilidade individual evidencia como o enunciado da autora reforça não apenas a vigilância materna, mas também a normatividade social sobre a formação de meninos.

O segundo “aprendizado” diz sobre a autoridade dos/as adultos/as em relação às crianças e adolescentes:

APRENDIZADO 2

Aqui vai uma crítica à série:

Parem de fragilizar a autoridade dos adultos!

Na série os adultos são mostrados como pessoas aquém do comportamento adolescente e suas autoridades canceladas, sendo impotentes, vulneráveis, frágeis e incompetentes para resolver os problemas dos jovens.

Não podemos sustentar essa mentira de que mães e pais nada sabem sobre educação de filhos!

REFLITA:

Pais, vocês têm algo que nenhuma criança ou adolescente têm:

EXPERIÊNCIA DE VIDA e maturidade mental e isso vai além de “ter que” saber sobre a infinidade de coisas novas que aparecem a todo instante neste mundo conectado.

CONSELHO:

Persista na tarefa de chamar os filhos para o diálogo. Não aceite respostas monossilábicas como “legal”.

Crie em seu lar um ambiente onde a conversa é transparente e que cada membro tem liberdade para opinar e falar verdadeiramente o que se passa em sua cabeça.

O segundo “aprendizado” destacado pela autora evidencia uma tensão central no discurso da autora: de um lado, ela reforça a necessidade de os/as adultos/as afirmarem sua autoridade – por exemplo, ao instruir a não aceitar respostas monossilábicas – apoiando-se na experiência de vida e na maturidade como justificativa para intervir nos comportamentos dos filhos; de outro, recomenda criar um espaço familiar que favoreça a expressão sincera dos adolescentes, em que cada integrante possa manifestar suas ideias e sentimentos.

Essa aparente contradição mostra que a autoridade adulta é apresentada como normativa e indispensável, mas, ao mesmo tempo, há uma promessa de participação e diálogo para os filhos. Nesse movimento, o discurso cria obrigações normativas para os/as responsáveis – manter a autoridade, intervir constantemente e disciplinar – enquanto produz a ilusão de autonomia para os filhos. Sob a perspectiva dos regimes de verdade, propostos pelos estudos foucaultianos, a experiência e maturidade dos/as adultos/as legitimam a imposição de regras e práticas corretivas, consolidando a responsabilidade individual pela formação moral e social dos filhos.

O terceiro “aprendizado” trazido pela autora diz respeito à vivência online dos meninos:

APRENDIZADO 3 ADOLESCÊNCIA E CYBERCULTURA

A adolescência é uma fase onde os filhos se voltam para fora de casa e com isso, eles vão construindo linguagens próprias para se conectar com grupos tanto no mundo real, como no virtual, em salas de jogos online, grupos de bate-papo sobre temas específicos e redes sociais.

REFLITA:

Você sabe onde seu filho tem ido? Sabe a linguagem usada nos círculos que ele participa? Não aceite o isolamento no seu lar! Proteja e blinde o coração dos seus filhos.

CONSELHO:

Saiba os lugares virtuais que ele frequenta e pesquise como é a comunicação e o que “está em alta no momento”.

Quebre objeções dos filhos sobre você não saber nada. Diga que quer aprender com ele e relembrar o quanto você foi paciente com ele na infância e que agora ele pode também ser com você para ensiná-la coisas que ainda não sabe.

O terceiro “aprendizado” evidencia que a autora reconhece os ambientes digitais como espaços de socialização ativos, capazes de produzir linguagens próprias, códigos culturais e modos de subjetivação nos adolescentes. Ao mencionar salas de jogos online, grupos de bate-papo e redes sociais, o discurso sinaliza que esses espaços possuem uma pedagogia própria, formando comportamentos, interesses e formas de interagir no mundo real e virtual.

No entanto, apesar desse reconhecimento do poder formativo da cibercultura, a autora rapidamente desloca a responsabilidade para os/as responsáveis, enfatizando que cabe a eles/as, especificamente as mães, conhecer, supervisionar e mediar a presença dos filhos nesses ambientes. Recomenda-se que aprendam com os filhos sobre esses espaços, investiguem os conteúdos e as linguagens utilizadas e intervenham ativamente na

socialização digital, assumindo quase que integralmente a tarefa de proteger e “blindar o coração” dos adolescentes.

Esse “aprendizado” proposto revela um tensionamento no discurso, no qual os ambientes digitais são reconhecidos como produtores de subjetividades, mas a solução proposta permanece individualizada: a família é apresentada como agentes centrais da mediação, enquanto as estruturas externas – algoritmos, plataformas, culturas digitais e comunidades online – permanecem invisibilizadas. Dessa forma, ainda que se reconheça as pedagogias dos espaços virtuais, a responsabilização recai de forma exclusiva sobre as pessoas adultas da família, reforçando a narrativa de que a prevenção de riscos e a formação moral e social dos filhos é uma tarefa exclusiva familiar.

O quarto “aprendizado” apresentado pela autora diz respeito a união entre pai e mãe:

APRENDIZADO 4

PAIS UNIDOS EM QUALQUER SITUAÇÃO

Na série, os pais do adolescente não se voltaram um com o outro, mas mesmo em grande sofrimento pelo ocorrido, sentaram juntos e com amor, empatia e boa comunicação, conversaram sobre seus erros e acertos na educação do filho.

REFLITA:

Como vai a comunicação com seu marido a respeito da educação dos filhos? Vocês têm feito acordos juntos? Estão assumindo juntos a disciplina e o cuidado?

CONSELHO:

Deixem a acusação de lado! Enquanto procuram quem errou mais, ou quem foi mais omissa, os filhos ficam à mercê de influências negativas fora de casa. Sejam parceiros, suporte-se [SIC] em amor e pratiquem o perdão diariamente.

O quarto “aprendizado” se ancora diretamente no enredo da série, em que Jamie, um adolescente, é acusado de assassinato. A autora, ao mobilizar essa narrativa, interpreta o acontecimento não como resultado de múltiplos fatores sociais, culturais e históricos, mas como consequência da falta de comunicação e de unidade entre pai e mãe. Essa leitura reduz a gravidade do crime a uma questão de gestão familiar, reforçando novamente a lógica da individualização do problema, em que a solução para situações extremas, como a radicalização ou a violência letal, estaria exclusivamente no interior da vida doméstica e da dinâmica conjugal.

Além disso, o discurso adota um tom marcadamente heteronormativo ao assumir a presença de um casal homem-mulher como a configuração legítima da parentalidade. A pergunta dirigida à leitora – “Como vai a comunicação com seu marido a respeito da

educação dos filhos?" – explicita a centralidade da figura masculina como parceiro obrigatório, mas desloca para a mulher a responsabilidade de zelar por essa parceria. Embora a autora defenda, mais adiante, que o cuidado e a disciplina devem ser compartilhados, o modo como a reflexão é formulada indica que é a mãe quem deve iniciar, conduzir e garantir essa divisão, reafirmando normas de gênero que vinculam à mulher o papel de guardiã da harmonia conjugal e da educação moral dos filhos.

A segunda publicação a ser discutida está no perfil da usuária D.G., em um carrossel de apresentação da autora. Assim como C.T., ela destaca alguns marcadores sobre si:

FIGURA 3 - Apresentação de D.G. em seu perfil de Instagram



Fonte: Perfil de Instagram de D.G.

Na publicação de apresentação, D.G., uma mulher negra de cabelos longos e lisos, usa maquiagem e um blazer bege, e olha diretamente para as fotos, que têm como foco principal seu rosto. No texto, a autora também evoca sua formação profissional como instrumento de validação do seu discurso, bem como a maternidade, o longo casamento e as viagens realizadas como formas de “enriquecimento de jornada”.

A publicação também é um carrossel contendo onze imagens da série sobrepostas com textos da autora. Podemos observar a capa da publicação:

FIGURA 4 - Quando o problema não é o quarto, é a casa

Fonte: Perfil de Instagram de D.G.

O título “Quando o problema não é o quarto, é a casa” explicita uma operação discursiva que desloca a questão da radicalização dos meninos para a esfera exclusivamente familiar. Nessa formulação, o isolamento juvenil e o engajamento com conteúdos misóginos em ambientes digitais – que podem culminar até mesmo em práticas de violência extrema, como assassinatos inspirados em ideais *incel* – não são interpretados como expressões de subjetivações produzidas pela cultura digital ou pelas pedagogias da masculinidade que circulam nesses e em outros espaços, mas como falhas no ambiente doméstico.

Ao afirmar que “o problema é a casa”, a autora desconsidera, inclusive, a agência do sujeito, compreendida aqui não como uma propriedade individual, mas como algo produzido nas práticas discursivas e relações de poder, nas quais os sujeitos se constituem e também a elas podem resistir e delas se deslocar (Meyer, 2003). Ao reduzir a radicalização a um déficit de cuidado familiar, ignora-se que a agência dos meninos se constrói nas interações sociais mais amplas, incluindo as pedagogias digitais da masculinidade e os discursos que circulam em comunidades online. Assim, a radicalização deixa de ser entendida como fenômeno sociocultural e político, sendo simplificada a uma falha doméstica e transferindo a responsabilidade quase exclusivamente aos/as responsáveis. O texto da publicação, reproduzido integralmente a seguir, reforça o argumento da autora:

Seu filho se trancou no quarto? Talvez ele esteja tentando fugir... uma reflexão urgente inspirada na série adolescência da Netflix. A casa deveria ser o lugar mais seguro do mundo. Mas, em muitos lares, é onde os adolescentes mais se sentem julgados, pressionados, incompreendidos. Não é o celular, não é a escola, é o ambiente

emocional dentro de casa. O isolamento de um adolescente nem sempre começa com a internet. Às vezes, começa com a falta de escuta. Com os gritos. Com as ironias. Com a cobrança exagerada. Com o afeto negado. Pais emocionalmente indisponíveis geram filhos emocionalmente confusos. A toxicidade familiar não se mede só por violência. Ela se manifesta no silêncio, na ausência, na crítica constante. A geração do quarto é, na verdade, a geração do “não fui ouvido”. Eles fogem para o quarto porque lá eles têm controle. Têm silêncio. Têm um mundo onde não precisam “merecer amor”. Se o ambiente da casa é hostil, o adolescente vai buscar refúgio em outro lugar. E muitas vezes, esse “outro lugar” é um mundo digital que acolhe – mas também pode ferir ainda mais. Se você quer que seu filho saia do quarto, pergunte: o que ele encontra quando sai? Diálogo ou julgamento? Apoio ou cobrança? Presença ou apenas regras? Não adianta mudar a decoração se o clima da casa continua pesado. A verdadeira mudança começa pela escuta, pela empatia e pelo exemplo. Filhos aprendem pelo afeto – e não pela imposição. Talvez o primeiro passo seja olhar para você. O que você anda repetindo em casa? O que seus filhos aprenderam observando você? Família é vínculo, não presença física. Compartilhe esse carrossel com outros pais. A mudança começa dentro.

No texto da publicação, percebe-se a intensificação de uma narrativa que individualiza e familiariza o problema da radicalização, deslocando-o completamente do campo social, cultural e político. O adolescente radicalizado é figurado como vítima de um lar desestabilizado, emocionalmente tóxico e incapaz de oferecer segurança afetiva. Termos como “pais emocionalmente indisponíveis geram filhos emocionalmente confusos” ou “a geração do quarto é a geração do não fui ouvido” reforçam uma lógica em que o processo de radicalização é explicado quase exclusivamente pela carência de escuta, empatia e afeto dentro de casa. Nesse sentido, a radicalização aparece como um sintoma doméstico e não como um fenômeno atravessado por pedagogias digitais da masculinidade, dinâmicas sociais de gênero e comunidades online que produzem pertencimento.

Entretanto, é importante destacar que em momento algum a minissérie *Adolescência* apresenta evidências de que o caso de Jamie – um adolescente acusado de assassinato – tenha como causa ou raiz um ambiente familiar disfuncional. A insistência da autora em atribuir o problema à “casa” opera, assim, um deslocamento interpretativo que não encontra respaldo no enredo. A violência é ressignificada como consequência de “falta de afeto” e “excesso de julgamento”, e não como resultado da inserção de Jamie em redes digitais que operam pedagogias *incele*. O efeito desse discurso é a despolitização do fenômeno: em vez de reconhecer a agência dos meninos e os atravessamentos estruturais que produzem subjetividades masculinas violentas, a narrativa se volta ao lar,

imputando à família – e sobretudo às mães, já que o discurso se dirige principalmente a elas – a responsabilidade de prevenir o isolamento e, por extensão, a radicalização.

Tanto em C.T quanto em D.G. observa-se um mesmo movimento discursivo: a radicalização de meninos e adolescentes é traduzida em termos de falha familiar, em especial na dimensão da comunicação, da escuta e do afeto. Em C.T., a ausência de diálogo entre responsáveis e filhos e a falta de vigilância sobre os ambientes digitais são apresentadas como condições que levam o adolescente ao isolamento e à vulnerabilidade diante de conteúdos nocivos. Já em D.G., o foco se desloca mais enfaticamente para a casa como espaço tóxico, onde a indisponibilidade emocional dos/as responsáveis produziria “filhos confusos” que buscam refúgio em comunidades digitais. Apesar das diferenças de estilo, ambas articulam uma lógica semelhante: a internet e as pedagogias digitais da masculinidade não são compreendidas como instâncias centrais de produção de subjetividades, mas como um “refúgio” que só se torna problemático porque a família teria falhado em cumprir seu papel afetivo.

Esse enquadramento acaba por construir o adolescente radicalizado como vítima de um lar considerado pelas autoras como disfuncional, e não como sujeito atravessado por pedagogias da masculinidade que produzem agência, identificação e pertencimento em comunidades online. Além disso, ao adotar a linguagem do “cuidado familiar”, as duas autoras despolitizam o fenômeno, transformando a radicalização em um problema privado e individual a ser resolvido dentro de casa, por meio de mais diálogo, empatia e vigilância.

Outro ponto de convergência é que, embora em alguns trechos se afirme que o cuidado deve ser dividido entre pai e mãe, os discursos se dirigem principalmente às mulheres. Em C.T., a pergunta “Como vai a comunicação com seu marido a respeito da educação dos filhos?” evidencia a heteronormatividade propiciada no discurso, em que a mãe é interpelada como a responsável por buscar acordos e liderar a gestão emocional da casa. Em D.G, a convocação para que as mães revisem suas próprias atitudes – “talvez o primeiro passo seja olhar para você” – reforça o peso da responsabilização materna como condição para evitar o isolamento e, em última instância, a radicalização.

Assim, embora em registros distintos, os discursos produzidos por C.T. e D.G. operam em uma mesma direção: a responsabilização da família, em especial das mães, como solução para a radicalização de meninos, o que desloca o debate dos

atravessamentos digitais, das pedagogias digitais e das normativas de gênero para o terreno da intimidade doméstica.

Em ambas as publicações há uma marca forte de urgência moral dirigida aos/as responsáveis, construída no tom de alerta e responsabilização imediata. O discurso das autoras mobiliza a ideia de que é preciso agir agora, mudar a comunicação, rever atitudes e seguir os conselhos oferecidos, sob pena de que a omissão ou o descuido se transformem diretamente em tragédia.

Em C.T., isso aparece na forma de uma advertência: se não houver vigilância e diálogo dentro de casa, o adolescente pode acabar exposto a influências externas nocivas que culminam em violência extrema. Em D.G., a retórica se intensifica ao apresentar o isolamento juvenil como consequência direta de uma falha familiar e ao convocar os/as responsáveis a fazerem sua “lição de casa”, olhando para si mesmos e mudando imediatamente o ambiente doméstico. A radicalização, portanto, é narrada como evitável, desde que os/as responsáveis sigam prontamente as orientações propostas. Nessa lógica, a mensagem que ecoa é a de que a negligência parental equivale à responsabilidade pelo crime do filho, deslocando a complexidade do fenômeno para um imperativo simplista de correção familiar urgente.

Essa lógica, no entanto, merece problematização, pois, ao concentrar toda a responsabilidade na família, os discursos das autoras reduzem um fenômeno complexo – a radicalização juvenil, atravessada por elementos como desigualdades sociais, pedagogias digitais e circulação de discursividades misóginas online, entre outros – a uma questão de “fazer ou não a lição de casa”. Ao transformar o perigo em um imperativo imediato, o argumento opera em chave de produção de medo e simplificação, deslocando a atenção das mediações coletivas e socioculturais para uma esfera puramente individual e doméstica.

Nessa perspectiva, o adolescente aparece mais como vítima passiva de um “lar disfuncional” do que como sujeito que agencia sentidos e negocia discursos em sua relação com os ambientes digitais. Assim, a narrativa da urgência não apenas reforça a culpabilização parental, sobretudo materna, como também obscurece a compreensão de como as pedagogias culturais da masculinidade circulam e produzem efeitos de subjetivação para além das fronteiras da casa.

Se, por um lado, os discursos parentais analisados convocam mães e pais à responsabilidade imediata sobre os rumos de seus filhos – responsabilidade essa que não deve ser ignorada –, por outro, silenciam as dimensões da cultura digital.

Ao reduzir a radicalização à esfera familiar, deixam de problematizar como a lógica algorítmica das plataformas digitais, que traz “em si o favorecimento a determinados interesses e a limitação de outros” (Jonas Chagas Lúcio Valente, 2019, p. 95), direciona meninos para conteúdos da “machosfera”¹¹, reforçando valores misóginos e violentos. Essa ausência desloca a atenção da responsabilidade das *big techs*¹² e do ecossistema digital masculinista, que opera como um potente espaço de socialização e pedagogia de gênero, para uma culpabilização exclusiva da família, especialmente da mãe.

Essa dimensão algorítmica evidencia que os meninos não são apenas sujeitos passivos da educação familiar, mas também atuam e são atravessados por lógicas digitais complexas. As plataformas digitais, ao recomendarem conteúdos com base em padrões de engajamento e interesse percebido, atuam orientando preferências, práticas e identidades de gênero. Nesse contexto, a responsabilização exclusiva da família aparece ainda mais limitada, pois ignora que os adolescentes estão inseridos em ecossistemas online que produzem, reforçam e circulam discursos masculinistas, tornando-se terreno fértil para processos de radicalização.

Um estudo do Centro Antibullying da Universidade da Cidade de Dublin¹³ apontou que contas identificadas como de meninos no TikTok recebem sugestões de vídeos com conteúdos misóginos e masculinistas em no máximo 23 minutos de uso e, após interação do usuário com esse conteúdo, 76% do conteúdo recomendado passam a ser pertencentes à “machosfera”, contendo discursos misóginos, teorias da conspiração da direita alternativa e transfóbicos, entre outras categorias consideradas tóxicas, como são referidas no estudo.

Esses dados revelam a rapidez e a eficácia com que os algoritmos das redes sociais atuam como ferramentas das pedagogias da masculinidade e dos ideais masculinistas. O curto intervalo de tempo necessário para que conteúdos da “machosfera” comecem a ser

¹¹ Segundo Gracila Vilaça (2023), “machosfera” é o espaço virtual multiplataformas construído e ocupado por masculinistas, homens que lutam pelos direitos masculinos, em oposição à luta feminista, e que entendem os dois movimentos como equivalentes. Ainda segundo a autora, a “machosfera” é “[...] largamente conectada por técnicas de assédio e de violência que encontrou na extrema direita um caminho para a radicalização” (Vilaça, 2023).

¹² O termo *big techs* refere-se às maiores empresas globais do setor de tecnologia da informação e comunicação, como Google, Meta, Amazon, Apple e Microsoft. Essas companhias são caracterizadas pela grande escala de atuação, forte presença no mercado digital e influência sobre o desenvolvimento de plataformas, serviços online e infraestruturas tecnológicas.

¹³ Disponível em: <https://www.dcu.ie/antibullyingcentre/recommending-toxicity-role-algorithmic-recommender-functions-youtube-shorts-and>. Acesso em: 20 jan. 2025.

recomendados evidencia que não se trata de um processo passivo de recepção, mas de uma dinâmica ativa de curadoria algorítmica, que posiciona certos discursos como centrais no processo de subjetivação dos usuários. Quando essa lógica é aplicada a contas marcadas como masculinas, torna-se ainda mais evidente o papel das plataformas digitais como espaços de pedagogia cultural e de gênero que ensinam, através da repetição e da sugestão automatizada, modos específicos de vivência das masculinidades, frequentemente baseados em ressentimento, hierarquia e rejeição da alteridade.

O fato de que, após uma breve interação, mais de 70% do conteúdo sugerido passa a ser vinculado à “machosfera” também aponta para a existência de um ciclo de retroalimentação, no qual o engajamento inicial com discursos misóginos intensifica a exposição a conteúdos ainda mais radicais. Trata-se de uma pedagogia algorítmica que não apenas responde aos interesses dos usuários, mas os molda e aprofunda, atuando como um sistema de reforço que dificulta o acesso a perspectivas dissidentes ou críticas. Nesse sentido, as redes sociais não são apenas um espelho das formações discursivas que circulam na sociedade, mas um agente ativo na sua organização e amplificação. Ao favorecer conteúdos da “machosfera”, a plataforma contribui para a consolidação de uma cultura digital em que masculinidades tóxicas são não apenas visíveis, mas legitimadas e ensinadas como modelo aspiracional.

Essa dinâmica revela uma tensão sobre a responsabilidade algorítmica, especialmente quando se observa que os conteúdos promovidos por esse sistema não operam apenas no nível da opinião, mas mobilizam afetos e modos de estar no mundo que incidem diretamente sobre as relações sociais, de gênero e de poder. As redes sociais, ao potencializarem a circulação de discursos da “machosfera”, participam de forma ativa na produção de um *ethos* (Foucault, 2006) masculinista, no qual emoções como raiva, ressentimento e superioridade são reiteradas como legítimas expressões da masculinidade. Assim, as pedagogias digitais que ali se desenrolam não são neutras nem espontâneas: elas se articulam com interesses de manutenção de hegemonias e com a lógica de uma economia política da atenção que lucra com a polêmica, a radicalização e o conflito.

Mais do que apenas permitir que certos conteúdos circulem, as redes sociais – ao selecionarem, organizarem e reiterarem determinadas narrativas em detrimento de outras – se tornam espaços de disputa em que os sentidos de masculinidade são constantemente produzidos, reproduzidos e performados. Quando as plataformas oferecem, de maneira sistemática e reiterada, um repertório restrito e violento de masculinidade,

frequentemente fundado na aversão ao feminismo, na idealização do “macho alfa” e no desprezo pelas diferenças, atuam como agentes pedagógicos que educam pela repetição e pela exclusão. Assim, compreender o papel das redes sociais na disseminação das pedagogias da “machosfera” exige uma análise crítica não apenas dos conteúdos que ali circulam, mas das formas pelas quais esses conteúdos são organizados, amplificados e legitimados por sua própria arquitetura algorítmica.

Dessa forma, é possível compreender que as redes sociais operam como dispositivos pedagógicos centrais na contemporaneidade, em que disputas de gênero são constantemente encenadas, ensinadas e atualizadas por meio de performances, narrativas e estéticas de fácil entendimento. A “machosfera”, ao se apropriar das dinâmicas das plataformas, transforma o entretenimento e o humor em estratégia de adesão afetiva, criando um ambiente em que discursos de ódio são estetizados, suavizados e muitas vezes apresentados como “opiniões pessoais” ou “verdades inconvenientes”.

Ao longo do tempo, essas pedagogias digitais não apenas reafirmam normas de gênero, mas também produzem novos regimes de verdade sobre o que significa ser homem, quem são os inimigos dessa masculinidade e quais comportamentos devem ser adotados ou rejeitados. Ao final, o que está em jogo não é apenas o consumo de conteúdo, mas a formação de sujeitos que aprendem a se posicionar no mundo a partir de lógicas misóginas, autoritárias e excludentes. Torna-se possível então reconhecer que, mais do que um reflexo da sociedade, as redes sociais são espaços ativos de formação cultural e política, nos quais as pedagogias culturais e de gênero e os discursos da “machosfera” se entrelaçam em uma disputa constante pelos sentidos da masculinidade contemporânea.

Considerações Finais

A análise das publicações sobre a minissérie *Adolescência* no Instagram evidencia como os discursos circulantes tendem a individualizar a responsabilidade pela radicalização de meninos, especialmente recaindo sobre famílias e, em particular, sobre as mães. Nesses enunciados, o adolescente radicalizado é construído como uma vítima do ambiente familiar, enquanto o papel das plataformas digitais, suas lógicas algorítmicas e o ecossistema masculinista online permanecem silenciados. Esse deslocamento discursivo sugere uma forma de regime de verdade que normaliza a ideia de que prevenir tragédias como a dramatizada na série seria exclusivamente tarefa do lar, reforçando uma narrativa de controle e culpa individual.

Ao mesmo tempo, podemos perceber que as redes sociais não são meros espelhos da sociedade, mas agentes ativos na (re)produção de subjetividades, pedagogias culturais de gênero e repertórios de masculinidade. A lógica algorítmica das redes sociais, ao priorizar conteúdos da “machosfera”, não apenas amplia a visibilidade de discursos misóginos, mas também participa da constituição de modos de ser, sentir e agir que se apresentam como legítimos para meninos. A exposição repetida e a curadoria automática desses conteúdos produzem efeitos de aprendizado, adesão afetiva e consolidação de ideais masculinistas, configurando uma pedagogia digital que não se limita à transmissão de informação, mas atua na formação de sujeitos.

Essas reflexões convidam a deslocar o olhar crítico para além do domínio familiar, questionando a simplificação da culpa e da responsabilidade individual. Compreender a radicalização de meninos requer problematizar os ecossistemas digitais¹⁴, as tecnologias de circulação de discursos e as lógicas que legitimam certas formas de masculinidade. Ao fazer isso, abre-se a possibilidade de interrogar como normas, afetos e relações de poder se articulam na cultura digital e de pensar estratégias que não recaiam apenas sobre famílias, mas que envolvam diferentes espaços de socialização, regulação e resistência a discursos de ódio e hierarquias de gênero.

Referências

AMATO, Bruna; MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. De Matrix a Suzano: manosfera, teoria red pill e o massacre da escola Raul Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/15797/13513>. Acesso em: 5 jun. 2025.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

ELM, Malin Sveningsson. How do various notions of privacy influence decisions in qualitative internet research?. In: MARKHAM, Annette N.; BAYM, Nancy K. *Internet inquiry: Conversations about method*. Califórnia: Sage Publications Inc., 2008. p. 69-98.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

¹⁴ Segundo José António Moreira (2018, p. 7), “um ecossistema digital representa um complexo dinâmico e sinergético de comunidades digitais com suas conexões, relações e dependências situadas em ambientes digitais, que interagem como unidades funcionais e são interligadas através de ações, de fluxos de informação e de transação”.

FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos & Escritos, v. 5.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KIMMEL, Michael. *The gendered society*. New York: Oxford University Press, 2000.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 17-24.

MOREIRA, José António. Reconfigurando ecossistemas digitais de aprendizagem com tecnologias audiovisuais. *EmRede - Revista De Educação a Distância*, v. 5, n. 1, p. 5-15, 2018. Disponível em:

<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/305>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MOTERANI, Geisa Maria Batista; CARVALHO, Felipe Mio de. Misoginia: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica. *Revista Avesso do avesso*, v. 14, n. 14, p. 167-178, 2016. Disponível em:

https://feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v14_artigo11_misoginia.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

NOLASCO, Sócrates. *De Tarzan a Homer Simpson*: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

PASSOS, Izabel Christina Friche. A Análise Foucaultiana do Discurso e sua Utilização em Pesquisa Etnográfica. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, e35425, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/TsLbK3z9wHWGmyrqR6yGpSz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 de agosto de 2025.

SEGAL, Lynne. *Slow motion: changing masculinities, changing men*. London: Virago Press, 1990.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. Algoritmos e Sites de Redes Sociais: uma discussão crítica sobre o caso do Facebook. *Revista Pós*, v. 14, n. 2, p. 87-113, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/26491/23167>. Acesso em: 22 ago. 2025.

VILAÇA, Gracila. Coach de assédio? A rede masculinista que abraça Thiago Schutz. *Nexo Jornal*, 4 mar. 2023. Sociedade. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2023/03/04/coach-de-assedio-a-rede-masculinista-que-abraca-thiago-schutz>. Acesso em: 19 jan. 2025.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em outubro de 2025.